

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



## APONTAMENTOS SOBRE A CATEGORIA ESTADO EM GRAMSCI E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Cristiana Costa Lima<sup>1</sup>

Lídia Araújo Silva<sup>2</sup>

Mariana Cavalcanti Braz Berger<sup>3</sup>

### RESUMO

Reflexões acerca da categoria Estado em Gramsci e a contribuição para o Serviço Social. Por meio de revisão bibliográfica, buscou-se analisar a concepção de Estado e de sociedade civil, a relação dialética existente entre ambos e a sua contribuição para o Serviço Social após o processo de renovação da profissão ocorrido nos anos de 1970, a partir de sua aproximação com o marxismo e consequente ruptura com o conservadorismo. Conclui-se que, sob a influência de Gramsci, avançou-se nas lutas profissionais, no fortalecimento de práticas democráticas pautadas na direção de um projeto ético político profissional comprometido com a luta das classes subalternas.

**Palavras-chave:** Estado. Gramsci. Serviço Social.

### ABSTRACT

Reflections on the State category in Gramsci and the contribution to Social Work. Through a bibliographic review, we sought to analyze the conception of the State and civil society, the existing dialectical relationship between them and their contribution to Social Work after the process of renewal of the profession occurred in the 1970s, from its rapprochement with Marxism and consequent break with conservatism. It is concluded that, under the influence of Gramsci, we have advanced in professional struggles, in the strengthening of democratic practices guided in the direction of a professional ethical political project committed to the struggle of subordinate classes.

**Keywords:** State. Gramsci. Social Work.

<sup>1</sup> Departamento de Serviço Social da UFMA. Doutora em Políticas Públicas. E-mail: cristiana.lima@ufma.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduanda do curso de Serviço Social. E-mail: lidia.araujo@discente.ufma.br

<sup>3</sup> Departamento de Serviço Social da UFMA. Doutora em Políticas Públicas. E-mail: mariana.braz@ufma.br

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste trabalho se dá a partir de reflexões acerca do conceito da categoria Estado em Gramsci e sua contribuição para o Serviço Social. Trata-se de uma primeira aproximação com a obra do autor marxista, o italiano Antonio Gramsci. Nessa incursão, buscou-se analisar as concepções de Estado e de sociedade civil, a relação dialética existente entre ambos e a sua contribuição para o Serviço Social após o processo de renovação da profissão ocorrido nos anos de 1970, a partir da sua aproximação com o marxismo e consequente ruptura com o conservadorismo. Assim, enquanto percurso metodológico para fins desta pesquisa bibliográfica, optou-se pelo recorte analítico no Volume 1<sup>4</sup>, dos Cadernos do Cárcere, dos Cadernos especiais 10 (1932-1935) e 11 (1932-1933) e Miscelâneos 6 [1930-1932], 7 [1930-1931] e 15 [1933], segundo a organização dos editores da edição brasileira.

O projeto de investigação desenvolvido por Gramsci foi orientado por várias questões como a formação do capitalismo e do Estado nacional na Itália, a formação de um novo bloco histórico, a organização da cultura das classes dominantes, a construção de uma outra hegemonia pelas classes subalternas, o papel dos intelectuais, a derrota da revolução socialista no Ocidente. Conforme destacado por Liguori (2003), Gramsci é considerado o maior estudioso marxista das superestruturas, dedicando-se a investigar sua importância, complexidade e conexões. No entanto, isso não implica que ele negligenciou o papel determinante da estrutura. Ao contrário, Gramsci mantém uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura, reconhecendo a interdependência e a influência entre essas duas esferas (LIGUORI, 2003, p. 178).

Em seus estudos sobre o Estado, Gramsci não se limita apenas à estrutura governamental e à administração política. Entende o Estado como uma construção complexa e multifacetada, que abrange as instituições políticas, jurídicas, educacionais,

<sup>4</sup> No citado volume 1, Gramsci aborda a relação entre o Estado, os intelectuais, a cultura e a hegemonia. De modo que explora a influência do Estado na organização da cultura e a importância dos intelectuais na luta pela hegemonia e construção de uma nova cultura.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

culturais e ideológicas de uma sociedade. Essas instituições ajudam a moldar as relações sociais, a hegemonia cultural e a consolidação do poder de determinados grupos.

Gramsci (2004) argumenta que o Estado desempenha um papel central na manutenção e reprodução das relações de poder existentes. O Estado é entendido como uma arena em que diferentes grupos sociais e classes lutam por controle. No entanto, Gramsci não via o Estado apenas como uma estrutura coercitiva imposta de cima para baixo, mas também reconhecia a importância do consenso e da persuasão na manutenção da dominação.

Gramsci também introduziu o conceito de “sociedade civil” para descrever as esferas da vida social que estão além do Estado, como os sindicatos, as associações, os meios de comunicação, a igreja e outros espaços onde ocorrem lutas ideológicas e políticas. Entendia a sociedade civil como um terreno fértil para a construção de hegemonias, dedicando-se a pensar a construção da hegemonia das classes subalternas rumo à construção de um novo bloco histórico.

No âmbito do marxismo, o pensamento de Gramsci tornou-se um dos referenciais que permitiram ao Serviço Social interrogar-se sobre questões relativas à estrutura e superestruturas da sociedade, analisando tanto a esfera econômica como também a esfera política, ideológica e cultural (SIMIONATTO, 1999).

Para o Serviço Social brasileiro as primeiras aproximações ao marxismo deram-se acompanhando o Movimento de Reconceituação da profissão, a partir da segunda metade dos anos de 1960. Em uma primeira aproximação, a perspectiva crítica trazia consigo alguns equívocos por sua leitura de viés economicista, sem recursos às obras originais de Karl Marx e demais autores(as) marxistas. É somente na década de 1970, com a entrada do Serviço Social nas universidades, que a profissão experimentou um significativo avanço. A inserção no ambiente acadêmico proporcionou o desenvolvimento de pesquisas, aprofundamento teórico e a criação de programas de pós-graduação em Serviço Social. O marco desse processo ocorreu com o estabelecimento do primeiro curso de mestrado em Serviço Social, em 1971, na PUC/SP, e o segundo, em 1972, na PUC/RJ. Esse amadurecimento teórico contribuiu para a “superação da perspectiva estruturalista de

PROMOÇÃO



APOIO





Althusser, permitiu repensar a compreensão meramente instrumental do Estado e dos vínculos entre política social, questão social e profissão” (SIMIONATTO, 2018, p. 90).

É incontestável o avanço da profissão e seu aprofundamento em termos teóricos e metodológicos vinculados à vertente marxista e com grande influência do pensamento gramsciano, possibilitando uma maior compreensão acerca do significado social da profissão na divisão social e técnica do trabalho, seu caráter histórico situado no quadro das relações sociais entre as classes e destas com o Estado e com o conjunto da sociedade, como apontado pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS).

As reflexões propostas neste artigo estão baseadas nos escritos de Gramsci, enquanto fundamento teórico-prático que destacam as ações e a presença do Estado e como segmentos populares da sociedade civil podem contribuir no enfrentamento das diversas manifestações da questão social. Quanto à estrutura, contempla, além da introdução e das considerações finais, dois tópicos: o conceito de Estado segundo Gramsci e a relação desta categoria gramsciana com o Serviço Social.

## 2 O DEBATE SOBRE ESTADO EM GRAMSCI: breves apontamentos

A concepção de Estado em Gramsci entra em debate com a tradição liberal, desde os tempos dos contratualistas como Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau, que estabeleceram uma dicotomia entre a esfera privada, individual, e a esfera pública, coletiva, representada pelo Estado. Gramsci chama a atenção para a existência de instituições e aparelhos tanto na esfera pública, relacionados à administração estatal, quanto na esfera privada, que não estão desconectados entre si.

Como um autor referenciado na tradição marxista, Gramsci compartilha da visão marxista sobre o Estado, entendendo-o como resultado de um processo dialético e histórico de uma sociedade dividida em duas classes sociais fundamentais. Portanto, o Estado não se limita ao aparato governamental responsável pela administração direta e pelo exercício legal da coerção, mas engloba também a esfera civil, na qual os aparelhos privados de

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

hegemonia estão presentes e desempenham um papel central na manutenção e reprodução das relações de poder na sociedade (GRAMSCI, 2014).

Gramsci afirma que a hegemonia se apresenta apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos ditos aparelhos de hegemonia. Essa conexão entre a sociedade civil e a sociedade política é fundamental para compreender como as ideias, os valores e as visões de mundo são disseminados e internalizados na sociedade, influenciando a formação de consensos e a legitimação do poder. “No seu debate sobre o Estado, o autor questiona: “Mas o que significa Estado? Apenas o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil?” (GRAMSCI, 2004, p. 263). Essa reflexão mostra que Gramsci não se limita a conceber o Estado apenas como o conjunto de instituições governamentais, mas também considera a importância da sociedade civil organizada e reconhece a relação dialética entre o poder estatal e a sociedade civil. De forma que compreende o Estado como uma entidade complexa, na qual tanto a esfera governamental quanto a sociedade civil desempenham papéis significativos na luta pelo poder e na construção da hegemonia.

Conforme apontado por Liguori (2003), Gramsci propôs outra perspectiva, frente as colocadas por Croce e Gentile, para o debate acerca do conceito de sociedade civil. Gramsci concebe a sociedade civil como uma parte integrante do Estado, mantendo tanto a unidade quanto a distinção entre a sociedade política e a sociedade civil. Essa posição difere da visão de Croce e Giovanni Gentile, com a qual Gramsci discorda. Gramsci confronta as posições de Gentile e Croce no que diz respeito ao processo histórico de formação do Estado e, a partir desse confronto, extrai importantes lições sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil, assim como entre ditadura e hegemonia.

Para Gentile, a história é inteiramente história do Estado; para Croce, ao contrário, ético-política’, vale dizer, Croce quer manter uma distinção entre sociedade civil e sociedade política, entre hegemonia e ditadura; os grandes intelectuais exercem hegemonia, que pressupõe uma certa colaboração, ou seja, um consenso ativo e voluntário (livre), ou seja, um regime liberal-democrático. Gentile situa a fase corporativa (econômica) como fase ética no ato histórico: hegemonia e ditadura são indistinguíveis, a força é pura e simplesmente consenso; não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: existe só o Estado, e naturalmente, o Estado-governo, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 436).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



O Estado é considerado um dos dois planos da superestrutura, sendo o outro o plano da sociedade civil. A Sociedade Civil é entendida como conjunto de organismos chamados privados, tais aparelhos de hegemonia estão ligados às classes sociais e, por meio delas, ao mundo da produção.

Dessa maneira, o Estado, para Gramsci, passa por entender também o processo de construção do consenso, e/ou mesmo coerção, que possui como uma de suas funções determinar a hegemonia e reprodução da subalternidade das classes sociais frente à classe dominante. Na luta pela construção da hegemonia, o Estado “educa ao consenso” (GRAMSCI, 2004).

O Estado, em suas diferentes manifestações, como a sociedade civil, os intelectuais, os aparelhos privados e ideológicos, tem o objetivo de construir, por um lado, um consenso voluntário e, por outro lado, um aparato que possa garantir a coerção estatal legalmente, disciplinando os grupos que não consentem de forma ativa ou passiva. Por um lado, busca-se obter um consenso por meio da construção de ideias, valores e práticas que sejam amplamente aceitos pela sociedade. Por outro lado, o Estado possui mecanismos coercitivos para lidar com grupos ou indivíduos que não se submetem ao consenso estabelecido. O Estado é concebido como uma instituição que busca equilibrar tanto a construção do consenso como a imposição coercitiva quando necessário, especialmente durante períodos de crise ou desafios à autoridade (GRAMSCI, 2004).

No entendimento de Gramsci, a sociedade política é aquela esfera em que o Estado exerce seu poder repressivo de violência e coerção; já a sociedade civil, que tem sua materialidade nos “aparelhos privados de hegemonia”, constitui-se no campo em que se disputa a hegemonia por meio da construção do consenso, afirmando o predomínio de uma classe sobre a outra.

Esse Estado não vai apenas reprimir, mas ele também vai educar, reproduzir os consensos a seu favor, mantendo o equilíbrio entre o uso da força e a formação de determinados consensos, isolando e destruindo outros. Gramsci, assim, destaca uma das funções mais importantes do Estado que é a de educação da grande massa da população, para a adesão e consentimento ao projeto dominante. Para tanto cria mecanismos e

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

instituições próprias, com o objetivo de consolidar sua hegemonia. Contudo, o autor faz referência as possibilidade concretas de formação de uma outra hegemonia pelas classes subalternas.

[...] a partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. [...] Desta forma, torna-se possível propor a luta por uma cultura superior autônoma; ou seja, a parte positiva da luta que se manifesta, em forma negativa e polêmica, nos meros “a-” e “anti-” (anticlericalismo, ateísmo, etc.). Dá-se uma forma moderna e atual ao humanismo laico tradicional, que deve ser a base ética do novo tipo de Estado. (GRAMSCI, 2004, p. 225).

Os intelectuais desempenham um papel central nesse processo, uma vez que eles são responsáveis por produzir e disseminar as ideias, valores e visões de mundo que permeiam a sociedade. A relação orgânica entre sociedade civil e Estado, mediada pela ideologia e cultura e pelo papel dos intelectuais, é central para a concepção de Estado em Gramsci. Ele reconhece que a cultura e a ideologia desempenham um papel na construção da hegemonia, na medida em que moldam as percepções, crenças e comportamentos das pessoas, consolidando, assim, a dominação de determinados grupos sociais sobre outros.

Nos escritos carcerários, no Caderno 10, Gramsci comenta a teoria do valor-trabalho de David Ricardo para quem o Estado é agente econômico, “força que garante o direito de propriedade, isto é, o monopólio dos meios de produção”. (GRAMSCI, 2004, p. 379). Para Gramsci, “**o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica**; todavia, pode-se falar do Estado como agente econômico, precisamente enquanto o Estado é sinônimo de tal situação.” (GRAMSCI, 2004, p. 379 – grifo nosso).

Embora o Estado não seja responsável por produzir a situação econômica em si, ele é uma manifestação da situação econômica existente. Tal base material do Estado, ou seja, sua constituição e funcionamento, está intrinsecamente ligada a uma determinada configuração política, social e econômica. No contexto do capitalismo, o Estado reflete e serve aos interesses da classe dominante burguesa, que detém o controle dos meios de produção e exerce influência significativa sobre as estruturas políticas e econômicas.

PROMOÇÃO



APOIO



Dessa forma, a análise do Estado deve considerar sua base material e suas relações com a estrutura econômica e social em que está inserido. O Estado como expressão da situação econômica e sua vinculação com a configuração política e social proporciona uma visão mais abrangente das relações de poder e das dinâmicas sociais em uma determinada sociedade. Assim, afirma Gramsci (2004, p. 324, grifo nosso)

Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; **o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado “queira” fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica.**

Gramsci, na interlocução crítica com Croce (CC 10 §7, p.293 - 295), sobre o conceito de história ético-política, observa “que a história ético-política é uma hipóstase arbitrária e mecânica do momento da hegemonia, da direção política, do consenso, na vida e no desenvolvimento da atividade do Estado e da sociedade civil.” (Gramsci, 2004, p. 293). E desenvolve a reflexão:

[...] Que a história ético-política seja a história do momento da hegemonia é o que se pode ver a partir de toda uma série de escritos teóricos de Croce (e não apenas a partir dos contidos no volume *Ética e política*); dever-se-á fazer uma análise concreta destes escritos. Pode-se ver também e sobretudo por algumas referências esparsas sobre o conceito de Estado. Por exemplo: em certas passagens, Croce afirmou que nem sempre se deve procurar o Estado no lugar indicado pelas instituições oficiais, já que, às vezes, ele poderia ser encontrado nos partidos revolucionários: a afirmação não é paradoxal segundo a concepção Estado-hegemonia-consciência moral, pois pode realmente ocorrer que a direção política e moral do país, em um determinado período de dificuldades, não seja exercida pelo governo legal, mas por uma organização ‘privada’ e até mesmo por um partido revolucionário. Mas não é difícil demonstrar quanto é arbitrária a generalização que Croce faz desta observação do senso comum (Gramsci, 2004, p. 295).

Ao colocar o problema sobre o conceito crociano da história ético-política, Gramsci acentua o lugar da história ético-política na filosofia da práxis e a relação do momento da hegemonia como essencial à concepção de Estado.

O mais importante problema a ser discutido neste parágrafo é o seguinte: se a filosofia da práxis exclua a história ético-política, isto é, não reconheça a realidade de um momento de hegemonia, não dê importância à direção cultural e moral e se julgue realmente os fatos da superestrutura como ‘aparências’. Pode-se dizer que



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente **na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à 'valorização' do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas.** (GRAMSCI, 2004, p. 295 - grifos nossos)

Diante do exposto, observa-se o conjunto temático da discussão que Gramsci desenvolve sobre a relação entre Estado e sociedade civil e a determinação estrutural dessas questões superestruturais. A relação entre estrutura e superestrutura é fundamental nas anotações de Gramsci nos Cadernos do Cárcere sobre a história da formação do Estado moderno, que é atravessada pela luta de classes e mediada pela economia e política, em uma determinada correlação de forças e domínio ideológico nos âmbitos nacional e internacional, onde se situa o trabalho dos intelectuais. Esses elementos também estão presentes na análise da particularidade da formação de um novo tipo de Estado pelos subalternos.

## 2.1 Contribuições de Gramsci para o Serviço Social: elementos para o debate

Como visto no item anterior, o conceito de Estado em Gramsci é uma abordagem teórica que busca analisar as relações de poder na sociedade e a maneira como as classes dominantes mantêm sua hegemonia. Gramsci argumenta que o Estado não se limita apenas às estruturas políticas formais, mas também engloba as instituições culturais e sociais que influenciam a ideologia e os valores da sociedade. De acordo com Gramsci, as classes subalternas, ou seja, aqueles grupos que sofrem opressão e exploração, possuem potencialidade para desafiar a hegemonia das classes dominantes e construir uma outra hegemonia.

Nas suas reflexões e estudos, Gramsci enfatizou a importância de um engajamento político ativo como uma oportunidade para permitir que as classes subalternas avancem na consciência das condições de exploração e subordinação que permeiam a sociedade capitalista.

No Brasil, foi na segunda metade da década de 1960, no contexto histórico da ditadura civil-militar de 1964, que o pensamento de Gramsci se expandiu de modo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

sistemático, com a tradução e publicação das Cartas e da edição temática dos Cadernos do Cárcere, pela Editora Civilização Brasileira, entre 1966 e 1968, ainda que incompleta, posto que, com o recrudescimento da Ditadura Militar advinda com o AI-5, em dezembro de 1968, a censura atingiria também a tradução/publicação da obra gramsciana.

O alcance político de Gramsci influenciou movimentos, partidos políticos, organizações sociais e produção intelectual no âmbito das ciências sociais e humanas. Particularmente em meados da década de 1970, “o ‘gramscismo’ veio à luz do dia com a força de um vulcão” (NOGUEIRA, 2014, p. 24). Gramsci passa a influenciar na produção intelectual e nos debates políticos.

No que tange ao Serviço Social, essa influência de Gramsci deve ser aprofundada a partir de elementos históricos presentes na profissão. A partir de 1970, no Brasil, o Movimento de Reconceituação significou um rompimento do Serviço Social com a perspectiva conservadora de viés positivista, funcionalista que concebia o Estado como ente acima das classes e com a função de garantir o bem comum. A partir de então a profissão se aproxima do referencial teórico crítico marxista, com destaque para o pensamento gramsciano, superando a perspectiva da intervenção para além da prestação de serviços individuais, por meio da educação popular e da mobilização das classes subalternas, buscando fortalecer sua participação ativa na sociedade.

Entre final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o processo de ruptura com o tradicionalismo profissional ganha novos impulsos com a obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982), demarcando a inserção do pensamento marxiano no Serviço Social, contribuição inédita para compreender a profissão a partir de uma interpretação teórico-metodológica fundada na matriz crítico-dialética. Ao lado destes marcos propulsores também situa-se a aproximação do Serviço Social ao pensamento gramsciano, especialmente através do protagonismo do curso de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio. O grupo formado pelo programa sob a orientação da professora Miriam Limoeiro Cardoso, produziu trabalhos marcantes no desenvolvimento teórico do Serviço Social no eixo da tradição marxista, destacando-se o protagonismo nos embates travados com a vertente fenomenológica e a contribuição decisiva na ampliação das bases teóricas da profissão no espectro do marxismo. (LOLE, SIMIONATTO, ABREU, 2021, p. 05-06).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A concepção de Estado no pensamento de Gramsci possibilita aos assistentes sociais uma análise mais profunda do papel do Estado na sociedade. O referencial gramsciano oferece subsídios teórico-práticos importantes para a atuação dos assistentes sociais, especialmente ao abordar a relação entre Estado e sociedade civil, na construção de hegemonia.

A partir desse referencial, pode-se analisar as políticas sociais como instrumentos do exercício do poder estatal, que refletem nas relações entre as classes e na busca pela manutenção da hegemonia das classes dominantes. Nesse contexto, as categorias gramscianas, destacadamente a categoria Estado, possibilita analisar criticamente as políticas públicas existentes, identificando suas limitações, contradições e impactos nas classes subalternas. É no âmbito das políticas públicas que as/os assistentes sociais exercem seu trabalho, na mediação entre Estado e sociedade civil.

Com base na concepção gramsciana, entende-se que o Estado desempenha uma orientação política e econômica exigidas pelo capital, seja no âmbito da flexibilização da produção e do trabalho, que intensificam a precarização das relações de trabalho com repercussões em toda a vida social e sobre a classe trabalhadora; seja na desregulamentação das relações comerciais e financeira; seja no âmbito da estrutura político-administrativa do próprio Estado, mediante reforma das suas funções, centrada na privatização com significativa transferência para a sociedade civil de responsabilidades do Estado, possibilitando a institucionalização do chamado “terceiro setor”, no enfrentamento das desigualdades sociais. Tais processos contribuem assim para o aprofundamento da crise com a reconfiguração e agravamento da questão social, referência histórica da constituição do campo interventivo em que se insere o Serviço Social. Tais mediações constituem-se em elementos fundamentais de análise da realidade para proposição de uma intervenção crítica, sobretudo quando o Estado mantém-se como principal empregador dos assistentes sociais no país. Interfere, assim, não só na criação/recriação do mercado de trabalho profissional, como também na reorganização da cultura profissional do Serviço Social.

PROMOÇÃO



APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

A concepção gramsciana do Estado destaca os processos que permeiam tanto as relações de dominação e exploração na esfera econômica quanto a formação de novos padrões culturais. É nesse contexto que surgem as expressões da questão social no qual o Serviço Social se insere. Um dos maiores desafios enfrentados pelo assistente social atualmente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas, capazes de preservar e efetivar direitos com base nas demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTO, 2005).

A profissão assumiu, ao longo da história, um compromisso com as classes subalternas, esboçadas no Código de Ética, de 1986 e 1993, e, também, no Currículo de 1982 e 1996, de tal maneira que, no decorrer do processo histórico, conquistou-se os instrumentos para colaborar no processo de construção de uma outra hegemonia das classes subalternas com base na mobilização e organização dos sujeitos sociais. Vale atentar a relevância das ações profissionais desenvolvidas em organizações da sociedade civil, conectadas aos interesses das camadas subalternas, junto aos movimentos sociais e populares, em suas formas de organização e resistência, como por exemplo, em suas lutas pelos direitos conquistados.

O arcabouço teórico e metodológico de Gramsci oferecem, portanto, possibilidades inovadoras na apreensão da prática profissional “em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996), isso faz com que se tenha um compromisso teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, para então o profissional analisar os desafios e as possibilidades com os quais vai se deparar no universo da produção e reprodução da vida social.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, buscou-se as bases conceituais a partir do pensamento marxiano e da tradição marxista, com destaque para as contribuições do pensador italiano Antônio Gramsci, centradas no estudo da relação orgânica entre Estado e sociedade civil, enquanto unidade dialética e elemento fundamental para a análise das transformações estruturais e superestruturais e suas implicações para o Serviço Social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Embora a retórica neoliberal tente dissimular a função do Estado para o capital (OLIVEIRA, 1998), deslocando a ênfase para a regulação do mercado e para a ideia difusa de um Estado mínimo (mínimo em relação aos gastos sociais e, máximo no que diz respeito ao financiamento da acumulação), o que se tem cada vez mais fortalecida é a função do Estado de organização e sustentação dos mercados e de todas as condições estruturais da acumulação do capital mundializado. Desta feita, entende-se que o Estado, como uma das mediações fundamentais do sistema do capital, realiza um conjunto de funções que viabilizam a criação e recriação de condições econômicas, políticas, ideológicas e culturais da produção e reprodução social.

É importante destacar que o Estado é parte da superestrutura e expressa as contradições da sociedade civil enquanto totalidade histórica. Ele intervém para garantir fundamentalmente as necessidades de reprodução e legitimação do sistema de acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que é obrigado a atender, ainda que minimamente, as necessidades da classe trabalhadora em sua luta pela subsistência. Essa concepção de Estado passa a contribuir nas análises da intervenção do Serviço Social na luta por garantia de direitos das classes subalternas e na construção de sua hegemonia.

Sob a influência de Gramsci, de Marx e de outros autores da tradição marxista, avançamos nas lutas profissionais, nas disputas entre projetos e culturas políticas profissionais ao fortalecer práticas democráticas, pautadas na direção de um projeto político ético-político profissional, portanto, universal, baseado nas coletividades, nos interesses públicos e não mais em ações individuais, particulares e conservadoras.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996).

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere.** Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIGUORI, Guido. **Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade**. In: COUTINHO. C.N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOLE, Ana. SIMIONATTO, Ivete. ABREU, Marina Maciel. **O fermento de Gramsci na América Latina e no Serviço Social**. In *O Social em Questão - Ano XXIV - nº 51 - Set a Dez/2021*.

MÉSZÁROS, István. **A ordem de reprodução sociometabólica do capital**. In: *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Introdução: Gramsci e América Latina (quase) trinta anos depois**. In: *Gramsci nos trópicos: estudos gramscianos a partir de olhares latino-americanos*. Eduardo Rebuá (org.). Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

OLIVEIRA, Francisco. **A Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal**. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (Org). *Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global*. São Paulo: FAPESP/VOZES, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **As abordagens marxistas no Estudo dos Fundamentos no Serviço Social**. In: GUERRA, Yolanda, et al. *Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018.

\_\_\_\_\_. **“Gramsci de um século ao outro”**: sua presença no Serviço Social brasileiro. *Revista Libertas, Juiz de Fora*, v. 21, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

